

Da ideologia à utopia ou a prática do geógrafo¹

Claude Raffestin

A evidência do objeto

Quem, entre nós, que tem de realizar uma “intervenção prática” no território, não teve que enfrentar a incredulidade de seus interlocutores quanto à capacidade de um geógrafo de dizer outra coisa que não seja a evidência inscrita na paisagem ou sua representação? Então como indignar-se quando a geografia tem dificuldades para se inserir na prática profissional e não é considerada digna, na maioria dos casos, de figurar no debate cultural, enquanto portadora de um pensamento reflexivo? Por que, aliás, as coisas são assim? A questão, se é que existe, não seria apenas teórica?

Eu creio que isso acontece porque os geógrafos, por qualquer motivo, assumem a imagem que os representantes de outras disciplinas fazem deles: “a imagem de alguma coisa entre o céu e a terra”. Os geógrafos se fecharam na “*evidência do objeto*”. Com efeito, de tanto procurar definir o seu objeto por aquilo que é dado ou oferecido à observação e à descrição entre “céu e terra”, os geógrafos foram cercados pelo paradoxo da evidência do objeto. Se a geografia é uma construção a partir de um ou vários aparelhos conceituais, é paradoxal que o objeto em si não seja construído: ou o conjunto é construído ou a geografia não é uma construção, e, portanto, não existe como disciplina.

O objeto, “esta qualquer coisa entre o céu e o inferno”, não poderia ser o objeto geográfico, mas a matéria-prima a partir da qual ele pode ser construído. Se o geógrafo tem tanta dificuldade para se inserir em uma prática, é essencialmente porque parte de uma evidência e a submete a diversos procedimentos, em vez de construir um objeto teórico a partir do qual ele poderia gerar tais práticas. Em outras palavras, a prática de “qualquer coisa entre o céu e a terra”, sobre a qual eu voltarei a falar, não foi o fundamento para a criação dos ideários geográficos. Pode-

1 Texto originalmente intitulado “De l’ideologie à l’utopie ou la pratique du géographe”, publicado na revista “Geographica Helvetica”, v. 41, n. 3, 1986, p. 133-136. (Disponível em <http://www.geogr-helv.net/41/126/1986/gh-41-126-1986.pdf>).

Tradução: Márcio Cataia (IG/Unicamp) e Rubens de Toledo Junior (UNILA).

se aqui fazer uma analogia com a geometria. A avaliação de terras, como demonstrou Husserl, foi o fundamento para a grande invenção da idealização geométrica. O que poderia ter sido o fundamento da geografia, ou seja, a viagem, não cumpriu seu papel, justamente porque a viagem não foi pensada como portadora de sentido para uma idealização, mas como segurança para a mobilidade futura dos homens (DEMATTEIS, p.16).

A viagem, sempre presente para os geógrafos, foi batizada de *trabalho de campo* com a mesma ambiguidade da evidência do objeto. Se a “qualquer coisa entre o céu e a terra” dá sentido, ela não é um objeto geográfico, mas pré-geográfico. Nessas condições, a geografia, durante muito tempo, girou em torno de uma tríade: identificar, localizar e identificar objetos cuja representação parece ter sido durante muito tempo mais cartográfica que geográfica. Ora, todo nosso ensino, mesmo quando muda, há tempos gira em torno dessa tríade, que no passado se revelava perfeitamente suficiente para fecundar uma prática, mas que não o é mais. Essa tríade clássica é ainda mais insuficiente, pois foi desqualificada pela teledetecção, que pode assumir essas funções praticamente em tempo real. Curiosamente, é a aparição de um conjunto de técnicas que nos leva hoje a construir os ideários geográficos, se não quisermos ver desaparecer nossa disciplina.

O que era nossa especificidade no passado, hoje é banalidade que as técnicas restituem com maior precisão do que nós faríamos com os meios clássicos. Entretanto, é certamente a oportunidade que devemos buscar, porque os instrumentos podem permitir a criação de uma verdadeira geografia, desincumbindo-nos dos trabalhos cuja realização é automatizável.

O que dizer, então? Que o projeto social da geografia ou, dito de outra forma, sua ideologia, está mudando.

[A] Defasagem ideológica

A geografia durante muito tempo viveu o projeto de representar o “objeto evidente” pelo mapa. Este se tornou um objetivo a realizar. Do mapa topográfico ao mapa temático, assistimos a uma variação sobre o mesmo tema que estamos longe de esgotar, se julgarmos pela disseminação de atlas de todos os gêneros, que são atualmente publicados. Portanto, nessa perspectiva, nos equivocamos, pois tomamos o meio por fim. O mapa é apenas um meio, um instrumento como outro qualquer a serviço da geografia, não um fim em si mesmo.

Por quê? Porque a cartografia se interessa à consignação das coisas. Ora, o mundo pelo qual se interessa a geografia não é um conjunto de coisas, mas um

conjunto de fatos. Ora, um fato é a existência do estado das coisas e o estado das coisas é uma ligação de coisas. O objetivo da geografia é a ligação, a relação entre as coisas.

O novo projeto social da geografia, aquele que é postulado pela necessidade de uma prática espacial e territorial, é constituído pelas ligações que existem entre os estados das coisas. Mas vocês me dirão, é exatamente por isso que nos interessamos, é exatamente isso que nos esforçamos a fazer. Ao que responderei que não é bem o caso. Com efeito, a ausência de uma geografia, onde exista uma geometria, nota-se diferencialmente, segundo as escalas. Nas pequenas escalas a tônica está certamente nas ligações e nas relações; nas escalas médias isso é menos verdadeiro e, para as grandes escalas, isso não se aplica. Nós sempre estivemos atentos ao macro, um pouco menos ao meso, e nada ao micro. Todo nosso ensino está baseado no macro e no meso, mas muito pouco sobre o micro, que é justamente o lugar privilegiado de intervenção da prática.

Os geógrafos não conseguem fazer a transferência da reflexão geográfica do nível macro para o micro. Nossa disciplina, quando se vê confrontada com o micro, desaparece, e nos restam nas mãos poucas coisas além dos instrumentos que emprestamos da cartografia e da economia. De reflexão geográfica nas grandes escalas, ou não existe, ou existe muito pouco. Eu falo de verdadeira reflexão geográfica, que é bom não confundir com a aplicação de métodos estatísticos, por exemplo.

O que pedimos a um geógrafo engajado na realização de um plano diretor municipal, por exemplo? De ser capaz concomitantemente de identificar as relações entre as coisas e de prever a evolução dessas ligações, ou mais modestamente de esboçar as evoluções possíveis dessas ligações. Isso continuamos a fazer muito mal, e é sem dúvida a razão pela qual temos tantas dificuldades em nos impor enquanto geógrafos profissionais. Sabemos descrever um sistema territorial municipal, mas não sabemos compreender uma formação territorial em seu movimento em direção ao futuro.

Isso significa que as dificuldades que encontramos são a consequência de uma defasagem ideológica. Ideologia tomada aqui no sentido de projeto social. O antigo projeto social da geografia está completamente obsoleto e obliterado. Ele foi adequado durante muito tempo às nossas necessidades, que não exigiam nada além da velha tríade aplicada aos objetos espaciais. Mas isso não é mais suficiente, pois é preciso estar à altura de substituir as coisas pelo estado das coisas, pois estes são portadores de ligações e relações.

O novo projeto social da geografia deve se enraizar na construção de ideários geográficos que permitam abordar a grande escala. Não se trata, em absoluto, de se distanciar da prática da viagem, isto é, do terreno muito pelo contrário, trata-se de retornar ao objeto evidente portador de sentido sobre o qual podem e devem ser construídos esses ideários geográficos, sobre os quais eu gostaria de dar alguns esclarecimentos.

Todo plano diretor é um sistema de limites, mas o que sabem dizer os geógrafos sobre os limites? Os princípios de planejamento invocam centros, ligações, eixos, porém, ainda nesse sentido, o que sabemos sobre essas noções no nível macro? Quando digo o que “sabemos”, entendo por sabemos o que realmente, além do senso comum, satura ao máximo tais noções? Entre as poucas coisas que temos discutido na Comissão de urbanismo de um centro, os arquitetos e os urbanistas polemizaram durante duas horas para saber se o que estava sendo proposto era ou não um centro! Não era por culpa deles, mas nossa, porque não lhes oferecemos um conceito utilizável de centro.

Eu vivi essa mesma experiência há dez anos no Quebec, a propósito da noção de capital. Para além da definição do dicionário, e de raras informações de geografia urbana, ninguém sabia realmente o que era um capital. Pretenderemos ainda que não sejamos vítimas da evidência do objeto?

Quando a geografia humana aprender a construir os objetos sobre os quais ela trabalha, estará apta a desempenhar um papel prático realmente eficaz. Essa construção constituirá, aliás, um potente meio de integração das diferentes partes ainda hoje dispersas na geografia. O emprego do verbo no futuro significa que conseguiremos. As noções de limite e de centro são transgeográficas, pois as encontramos e delas temos necessidade em todos os domínios especializados da geografia. Isso nos remete, sem dúvida, à ideia de “solo do mundo imediatamente percebido”, para retomar uma ideia de força de Husserl.

Mas atenção: não se trata de uma geometrização da geografia, quando eu invoco as noções de centro e de limite, entre outras. A construção dos objetos geográficos, enquanto estados de coisas, quer dizer, fatos que acontecem, como diria Wittgenstein, necessita de uma nova ideologia, um novo projeto que se enraíze na história para compreender a formação territorial e as práticas que os homens tiveram do espaço, mas também na utopia, para seguir as aspirações coletivas. A utopia frouxa, tão mal compreendida que um funcionário federal me dizia que era um luxo que nós não poderíamos mais nos pagar. Eu creio que é possível rever essa fórmula, pois, ao contrário, é necessário que não saibamos nos pagar, apesar de nossa riqueza. É mesmo o indispensável que cruelmente faz falta

em nossa sociedade. A falta de dimensão utópica das sociedades sem projetos, sem esperanças e, por consequência, muitas vezes profundamente desesperadas. Um professor de medicina preventiva e social me dizia há algum tempo que o número de suicídios na Suíça tinha o mesmo nível do de acidentes mortais. Aí há muita coisa para refletir.

Da utopia à prospectiva

A velha ideologia da geografia realizou completamente aquilo que é paradoxal, segundo o pensamento de Mannheim, para quem uma ideologia é e permanece sempre não realizada completamente. A geografia busca um novo horizonte, um novo projeto, mesmo com risco de desaparecer se ela não o encontrar.

Se nós não conseguimos elaborar um real pensamento geográfico a partir da evidência do objeto, então é preciso inverter o processo pensando o objeto a formular. É preciso introduzir a dimensão utópica sob a forma de uma reflexão prospectiva. Pensar em criar um território é obrigar-se a construir um objeto geográfico imaginário, coerente e adaptado ao espaço dado. Partindo da “fala territorial” nós não chegamos aos ideários geográficos. Pode ser que construindo uma “língua territorial” e voltando à palavra consigamos compreender as ligações e as relações contidas nos estados das coisas.

Por que essa dimensão utópica é necessária? Porque cada vez mais se pede ao geógrafo participante de realizações práticas que seja capaz de avaliar as tendências e os efeitos plausíveis no domínio territorial. Logo, isso significa que devemos ser capazes de determinar um futuro provável estabelecendo uma escala probabilística e o papel de certas transformações. Do mesmo modo, é preciso saber imaginar os territórios futuros desejáveis ou possíveis coerentes com as condições dos ecossistemas.

Finalmente, é preciso saber criar utopias possíveis e coerentes, pois as utopias clássicas unem a ciência, a crítica e a fantasia. Eu não quero dizer que é preciso eliminar a fantasia, mas que ela não saberia ser o resultado da imaginação desenfreada e incoerente.

Isso implica consequências para nosso ensino universitário. Em vez de estudar a geografia unicamente nas suas realizações atuais, é preciso concebê-la como uma estrutura a ser modificada, e que o será se certas condições econômicas, técnicas, sociais e culturais se realizem. As geoestruturas que temos sob os olhos são produtos do passado e evoluem para um futuro desconhecido ou mal conhecido. Então é preciso pensar o território não somente sob o eixo passado –

presente – futuro, mas também no sentido inverso, futuro – presente – passado, para se ter um reconhecimento relativamente satisfatório.

Por conseguinte, é preciso introduzir nessa reflexão a perspectiva dos acidentes: crise, catástrofes, modificações progressivas ou brutais, e procurar explicar seus efeitos sobre a geoestrutura, e, sobretudo, sobre as relações no interior da geoestrutura. Isso supõe a concepção dos estados das coisas em rede, e confrontar essas imagens construídas com as realidades geográficas portadoras de sentido.

Compreender uma geoestrutura atual é perguntar o que ela pode se tornar quando sob a influência de certos fatores precisos. A geografia é sustentada por uma disciplina a ser criada, que poderia já ser chamada de diatética, e que daria conta dos arranjos espaciais. A diatética a criar pode ser um dos meios para construir o objeto geográfico: arranjos condicionados por princípios ordenados consistentes ou assimilados por uma prática repetitiva. A diatética poderia ser fornecedora de ideários geográficos. É preciso, para tanto, mudar nossa concepção do ensino de geografia, partir de elementos da prática que os homens têm do espaço e fazê-los dialogar com as disposições. Os geógrafos não se relacionam o suficiente com o espaço, ao contrário dos arquitetos e urbanistas, que não cessam de fazer um jogo real e perigoso que envolve a vida. É porque os geógrafos não lidam o suficiente que eles não estão geralmente aptos a denunciar o caráter perigoso desses jogos reais.

Não se trata de “lidar”, mas de introduzir uma dimensão lúdica para fazer movimentar o pensamento geográfico. Em matéria de planejamento, essa dimensão lúdica é indispensável. Dois exemplos são suficientes. Se a conexão Praille-Eaux-Vives tivesse se realizado nos anos 1950, a circulação em Genebra estaria em grande parte resolvida. Ora, pensamos nisso somente agora. As autoridades hesitam em sustentar o projeto de canalização do Ródano de Lion a Genebra e, sem dúvida nenhuma, renunciarão a isso. Sobre o plano de uma política ambiental, eles estão equivocados. A evolução dos projetos em termos estritamente econômicos tornou-se insuficiente e é preciso acrescentar uma avaliação em termos ambientais, pois os maiores problemas daqui a quinze anos serão dessa natureza. Essa é a razão pela qual os geógrafos devem se preparar.

A prática do geógrafo entre *ideologia* e utopia

A geografia fundada sobre uma ideologia completamente realizada, e recusando ainda a utopia, está eliminando as possibilidades de intervenções práticas. Todas as disciplinas solicitadas pela prática se deslocam sem cessar entre

os dois polos: ideologia e utopia. Essa mobilidade é o único meio de preservar as capacidades inovadoras de uma disciplina. O eixo ideologia-utopia é um eixo de circulação de ideias e, portanto, das inovações.

Essa mobilidade entre ideologia e utopia parece ser uma necessidade para elaborar uma verdadeira reflexão geográfica susceptível de funcionar em todas as escalas. Até hoje, a geografia se desenvolveu sobre um eixo semântico, e o que temos necessidade para a prática é um eixo sintático: dito de outra forma, substituir uma lógica de funções por uma lógica estrutural que fará aparecer as relações.

Para nos inserir na prática, a lógica estrutural do código sintático pode sozinha permitir combinações sucessivas e abrir-se em direção à prospectiva. Permanecer no código semântico é permanecer ligado à ideologia.

A condição de sucesso de uma prática é a existência de uma teoria fundada sobre uma lógica estrutural. É tanto verdade que, em caso contrário, passa-se de um caso particular a outro, que são julgados de maneira arbitrária. Basta ter trabalhado num serviço de planejamento territorial para sabê-lo. A incapacidade que temos para decidir provém, entre outros, da falta de uma verdadeira denotação estrutural.

Sobre o autor

Claude Raffestin: geógrafo francês, doutorou-se na Université de Genève, na Suíça, da qual é professor de Geografia Humana desde 1969. É conhecido principalmente por seus estudos relacionados à Geografia Política, trabalhando temáticas como território, territorialidade, poder e ecologia humana. Sua obra mais difundida no Brasil é o livro “Por uma geografia do poder” (Ática, 1993).

* * *

 **BCG**: <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Copyright© 1986 by Geographica Helvetica